

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE MULHERES: TRANSVERSALIDADE E INVISIBILIDADE

ANDRADE, Bianca Pereira de¹ (biancandradep@gmail.com); **MASO, Tchella Fernandes**² (tchellamaso@gmail.com)

¹ Discente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UFGD.

² Docente da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Em meio às contradições desse processo conhecido como globalização, o tráfico de pessoas faz-se cada vez mais sofisticado e infiltrado nas práticas criminosas internacionais, no entanto, não é alvo de ações de enfrentamento por parte da mídia, da sociedade civil, da academia e de órgãos governamentais. O tráfico de mulheres para fins de exploração sexual configura a modalidade mais recorrente, segundo a literatura especializada e os dados divulgados nos Relatórios Globais sobre o Tráfico de Pessoas, realizados pela UNODC (Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime), dentre as inúmeras faces que o tráfico humano pode assumir. No entanto, o que espanta não é somente a existência de um crime que viola a dignidade e a liberdade de mulheres, das mais diferentes origens, de classe, raça e opção sexual, mas também o silêncio do Estado e da sociedade civil diante de tais violações. Apesar de estar presente em todos os países e vitimizar em grande maioria mulheres - que são coagidas a exercer prostituição forçada, sob condições análogas à escravidão e que dificilmente conseguem reconhecer-se como vítimas, desvencilhar-se dos exploradores e denunciar -, a pauta de enfrentamento geralmente não é tratada com prioridade pelas autoridades governamentais em diferentes partes do mundo. O objetivo desse trabalho é analisar criticamente as políticas de enfrentamento já criadas no Brasil - os Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP)-, e explorar como as políticas públicas de gênero, associadas a um debate sobre interseccionalidade e transversalidade, podem contribuir para que menos mulheres sejam vitimizadas por esse e outros tipos de violação de direitos fundamentais. Para atingir os objetivos citados são realizadas: análise de documentos e uso de materiais que tangem à avaliação de políticas públicas e políticas de transversalidade gênero, buscando expressar que a permanente negligência às políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de mulheres é resultado de um sistemático processo de fortalecimento da colonialidade de gênero. Por se tratar de um fenômeno transnacional, as fontes consultadas são analisadas sob o crivo interdisciplinar em diálogo com as Teorias de Relações Internacionais, em particular, sob o olhar da vertente Feminista pós-colonial latino-americana.

Palavras-Chave: Gênero; Colonialidade; Interseccionalidade.

Agradecimentos: Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP) da UFGD e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de pesquisa.